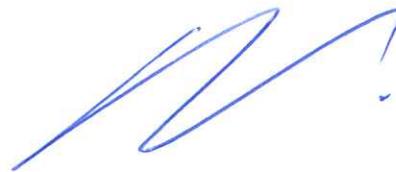


Relatório de Actividades 2016



Caros Associados,

Com esta Assembleia Geral chegamos ao quarto exercício de actividade da FPAK e aproximamo-nos do final do mandato que os associados confiaram a esta Direcção.

Assim, gostaria de salientar alguns números importantes:

Passivo:

2012 → 1.478.235,51€
2013 → 1.011.135,34€
2014 → 775.961,37€
2015 → 586.198,26€
2016 → 512.298,15€

Volume de facturação:

2012 → 2.152.683,57€
2013 → 2.231.887,46€
2014 → 1.789.935,45€
2015 → 2.307.513,16€
2016 → 2.315.070,03€

Endividamento bancário:

2012 → 325.494,62€
2013 → 403.558,00€
2014 → 233.784,07€
2015 → 154.579,21€
2016 → 67.837,72€

Resultado Líquido:

2012 → 259.305,49€
2013 → 189.149,56€
2014 → 105.495,84€
2015 → 139.095,33€
2016 → 80.483,74€

Outros elementos importantes a salientar são:

Hipotecas - Em 2012 os dois imóveis, Lisboa e Matosinhos estavam hipotecados no BES e BCP praticamente na sua totalidade por forma a garantir os empréstimos e os descobertos bancários. O Novo Banco libertou em 2015 a hipoteca e o BCP mantém-na, mas unicamente pelo valor do empréstimo (41.131,44€) que termina em Dezembro de 2017.

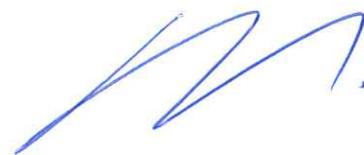
Responsabilidades em atraso - Em 2012, existiam cerca de 177 mil euros em responsabilidades em atraso com funcionários e colaboradores; em 2014, regularizaram-se cerca de 18 mil euros e acordou-se o restante, cerca de 159 mil euros. Em 31 de Dezembro de 2016, faltava só regularizar três acordos, cerca de 43 mil euros que terminam, uma parte em 2017 e outra em 2018.

Apoios Institucionais (IPDJ) - Como se pode constatar pelo quadro abaixo, após uma interrupção dos apoios institucionais, a FPAK depois de ter conseguido a Utilidade Pública e daí recuperar a Utilidade Pública Desportiva (UPD), esteve novamente em condições de se candidatar a estes apoios. De salientar que pelo segundo ano consecutivo, conseguimos por parte do IPDJ um apoio, embora reduzido, mas simbólico, para apoiar os pilotos no âmbito da Representação Nacional, bem apoios a eventos internacionais, tais como Rampa da Falperra, WTCC em Vila Real, Ralicross em Montalegre e Europeu de Karting em Portimão, apoios esses integralmente destinados aos seus organizadores ou promotores.

Anos	Solicitado	Atribuído	Organização e Gestão	Desenvolvimento da Actividade Desportiva	Ética	Representações Nacionais
2013	145 000,00 €	35 000,00 €				
2014	165 000,00 €	53 000,00 €				
2015	726 070,20 €	68 000,00 €	9 000,00 €	44 000,00 €		15 000,00 €
2016	542 551,84 €	72 731,00 €	9 000,00 €	48 231,00 €	4 321,00 €	15 500,00 €

Como se pode constatar, podemos afirmar que a FPAK recuperou financeiramente a sua situação, bem como a sua credibilidade a nível institucional e bancário, razões *sinequanon* para o seu normal funcionamento como instituição desportiva com utilidade pública e utilidade pública desportiva.

Em termos de actividades referentes a 2016, continuámos o sempre importante trabalho de tornar a FPAK mais aberta, mais cooperante e mais perto dos seus associados e licenciados.



Mantivemos as acções de formação a vários níveis, técnico e desportivo, de modo a formar e melhorar os nossos oficiais de prova e assim podermos estar à altura dos eventos nacionais e dos internacionais que nos visitam, Estas realizaram-se em Braga, Leiria, Comporta, Funchal e Ponta Delgada. Foram igualmente realizadas sessões na área da Ética no Desporto, para os jovens dos karts em Palmela e num âmbito mais alargado em Ponta Delgada, com a colaboração do PNED, Dra. Paula Fortunato e Dr. Miguel Nery.

Foi igualmente construído por uma empresa portuguesa - Extramotion - um simulador para treino de extracção que foi utilizado pela FIA por altura da preparação do Rali de Portugal, com largos elogios à sua construção.

O Grupo de Trabalho de Provas de Estrada (Ralis e Montanha) prosseguiu a sua função, colaborando com os clubes antecipadamente de modo a contribuir para o aumento da segurança das provas, oficiais, pilotos e público.

Continuámos o enquadramento e redução de custos de taxas de modo a facilitar aos clubes a organização de provas e nas licenças para que o acesso dos licenciados seja mais fácil.

Melhorámos o nosso site, criando os microsites de cada modalidade por forma a conseguir promover e dar maior visibilidade às provas e aos resultados dos pilotos. Passámos de forma regular a partilhar no nosso Facebook todas as informações alusivas às provas e às equipas. À semelhança do que acontece nos campeonatos FIA, entendeu a FPAK criar um logotipo para cada campeonato de forma a dar-lhes uma identidade e imagem própria.

Consolidámos as nossas parcerias com o Autosport, Auto Hoje, Movielight e Valvoline e pela primeira vez a FPAK apostou numa campanha de televisão, através de 700 spots que durante cerca de 10 meses publicitaram as provas dos campeonatos nacionais, com um investimento na ordem dos trinta e seis mil euros.

Mantivemos a parceria com a Cronobandeira na comparticipação significativa dos custos de cronometragem às principais provas dos campeonatos nacionais, representando um investimento na ordem dos quarenta e cinco mil euros.

Esperamos num futuro próximo alargar a comparticipação a mais campeonatos, incluindo Açores e Madeira.

Continuámos e continuamos a trabalhar afincadamente para esclarecer o assunto da aplicação ou não do IVA nas inscrições de provas, tema que preocupa clubes e pilotos, tendo tido reuniões com representantes das Finanças na busca sistemática de obter um parecer favorável por parte de um expert fiscalista nesta área.

Mantivemos diversas reuniões com o IMT e pessoas próximas da Autoridade Tributária por forma a resolver o impasse criado com a aplicação ou não do imposto automóvel às matrículas de competição.

Custos de policiamento - No âmbito desta relevantíssima questão, o Presidente da FPAK iniciou uma série de reuniões, quer com a Confederação do Desporto de Portugal, que integra o Grupo Técnico do Policiamento do MAI e que funciona junto do Ministério da Administração Interna (MAI) para estes assuntos, com o Presidente da Federação de Ciclismo, como representante das Federações Desportivas com UPD no mesmo grupo de trabalho e assim conjuntamente com estas entidades reuniu por diversas vezes com o Secretário-geral do MAI, onde este preocupante tema foi abordado e que contou com as presenças do representante do Secretário de Estado do Desporto e Juventude e de altas patentes da GNR e da PSP, por forma a encontrar uma solução para os elevados e exagerados custos de policiamento de provas.

Neste particular, estamos em sintonia com as federações de Ciclismo, Atletismo e Triatlo, o que nos dá uma esperança de conseguir ultrapassar este problema.

Pela primeira vez conseguimos receber um apoio da FIA, integrado no *FIA Sport Grant Programme* dedicado à formação.

Contratámos em 2016 os serviços da Cision, empresa de monitorização de impacto mediático, de modo a conseguirmos avaliar o retorno dos diversos campeonatos, resultados esses que foram publicados e enviados aos associados e licenciados.

A 19 de Setembro, a FPAK recebeu pela primeira vez a visita de um membro do Governo Português, o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Dr. João Paulo Rebelo.

A convite da FIA organizámos, embora em Janeiro de 2017, a entrega de prémios do Campeonato do Mundo FIA de Offroad de 2016, no Porto, merecendo por parte dos participantes e da FIA largos elogios à qualidade desta organização.

Aumentámos a nossa presença nas comissões FIA de 12 para 13 representantes, com a inclusão do Presidente da Direcção na Comissão de Pilotos.

Entre a FPAK e a RFEDA foi renovado o acordo de equivalência de licenças correspondentes entre os dois países. Esta parceria motivou-nos ainda mais a insistir junto da FIA para que esta crie uma Zona Ibérica para o desporto automóvel, que vai permitir algumas sinergias entre os associados das duas federações.

Na habitual cerimónia da Gala dos Campeões, este ano no Estoril, juntamente com a realização do Salão dos Campeões, a FPAK atribuiu os seguintes prémios:

- | | |
|-----------------------------|---|
| • Prémio CÉSAR TORRES | - Leonel Cavaco (<i>título póstumo</i>) |
| • Prémio FPAK | - Antena 3 Madeira |
| • Prémio FPAK | - Ricardo Moura |
| • Prémio FPAK | - Gerardo Rosa |
| • Prémio FPAK | - Pedro Rosário |
| • Prémio FPAK | - Sportgrafics |
| • Prémio FPAK Karting | - Andriy Pits |
| • Prémio FPAK Internacional | - António Felix da Costa |
| • Prémio FPAK Senhoras | - Inês Ponte |

Ainda, por indicação da FPAK, na Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal, foi distinguido como Mérito Desportivo - a Quinquagésima Edição do Rali de Portugal.

Em termos desportivos, no seu vigésimo primeiro ano de actividade como entidade federativa nacional do desporto automóvel, a FPAK "organizou" os seus campeonatos nacionais, regionais, troféus ou séries de diversas modalidades, tendo todos eles sido bem disputados, com ética e fair play.

Nos automóveis, recebemos três provas de Campeonatos Mundiais: Vodafone Rali de Portugal, Ralicross em Montalegre e Turismos, no Circuito Internacional de Vila Real.

Recebemos ainda a Taça do Mundo de Todo o Terreno, Baja 500 em Portalegre, o Campeonato Europeu de Ralis, com o Azores Airlines Rally e o de Montanha, na Falperra, o Campeonato Europeu de Karting em Portimão, nas categorias OK, OKJ que incluiu ainda uma etapa da Karting Academy.

A Taça da Europa de Ralis voltou a marcar presença no Rali Vinho Madeira, bem como a Taça da Europa de Turismos em Vila Real e as finais Mundiais Rotax, visitaram-nos no magnífico Kartódromo Internacional do Algarve, em Portimão.

Outras provas internacionais já habituais nos visitaram, como o European Le Mans Series, Michelin GT3 CUP, V de V Proto, GT e Formulas, GT Open e Formula 3 Euroseries e o Historic Festival em Portimão.

Em termos Ibéricos, organizámos em conjunto com a RFEDA, a Taça Ibérica de Todo o Terreno e Taça Ibérica de Clássicos de Circuitos, assim como recebemos a visita de duas provas de Campeonatos de Espanha, uma de Karting em Portimão e outra de Autocross em Castelo Branco.

Em 2016, continuámos o nosso trabalho de federar algumas competições que se realizavam fora da nossa égide, conseguindo que o Drift fosse finalmente uma realidade sob a égide da FPAK, com o que nos congratulamos.

Para terminar esta passagem pelo desporto, não podemos deixar de realçar as performances dos nossos pilotos que competiram no estrangeiro no automobilismo e no karting e que através das suas prestações elevaram bem alto o bom nome de Portugal:

- Álvaro Parente - 1º Pirelli World Challenge
- Andriy Pits - 1º Campeonato Espanha Karting Sénior
- Andriy Pits - 2º Finais Mundiais IAME
- António Félix da Costa - 1º Taça do Mundo FIA de F3
- Filipe Albuquerque - 2º FIA Endurance Trophy LMP2
- Filipe Albuquerque - 3º Campeonato Italiano de GT
- Filipe Albuquerque - 5º Taça Norte Americana de Endurance
- João Ramos - 1º Taça Ibérica de Todo-o-terreno
- José P. Fontes / Inês P. Granha - 1º Iberian Rally Trophy
- Miguel Ramos - 3º Renault Sport Trophy
- Pedro Lamy - 3º FIA Endurance Trophy GTE AM
- Ricardo Moura - 1º Azores Airlines Rally - Europeu de Ralis
- Rui Águas - 1º FIA Endurance Trophy GTE AM
- Tiago Monteiro - 3º Campeonato Mundo Carros de Turismo

Em relação aos licenciados, verificou-se um ligeiro aumento em geral, o que em muito nos agrada.

Elementos desportivos	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Praticantes	2318	2399	3026	3172	3498
Percentual	-4,3%	3,5%	26,1%	4,8%	9,3%
Nº Praticantes femininos	111	105	159	213	206
Percentual	1,8%	-5,4%	51,4%	34,0%	- 3,2%
Nº Praticantes escalões jovens	121	92	126	160	149
Percentual	-0,8%	-24,0%	36,9%	26,9%	- 6,9%
Nº Oficiais de Prova	974	906	1010	1165	967
Percentual	-41,9%	-7,0%	11,5%	15,3%	- 20,4%
Actividades Diversas			442	480	496
Percentual				8,6%	3,2%



Não posso terminar sem uma palavra de agradecimento aos nossos associados pela atitude colaboradora e postura positiva demonstrada por diversas vezes ao longo do ano, que em muito contribui para o sucesso do resultado da nossa actividade.

A toda a equipa da FPAK, Direcção e Órgãos Estatutários, o nosso sincero **OBRIGADO** pela forma como ao longo do ano nos acompanharam com a sua imprescindível colaboração e empenho.

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Como prova dos objetivos traçados terem sido cumpridos, fazemos sempre um comparativo com o orçamento aprovado em Assembleia Geral para 2016, e assim regista-se um decréscimo de 12,97% em relação ao total dos gastos previstos e também um decréscimo de 12,39% em relação aos proveitos orçamentados.

O rigoroso e atento controlo orçamental efetuado pela Direcção, permitiu à FPAK encerrar o exercício com um resultado líquido positivo de € 80.483,74, quando tínhamos estimado um resultado líquido positivo no orçamento de € 72.720,00, registando assim um acréscimo de 10,68%.

Os gastos de depreciação e amortização do exercício de 2016 foram no valor de € 17.118,36 e o EBITA de € 104.798,59.

O Balanço apresenta em 2016 um total de fundos patrimoniais positivo de € 518.128,31 e representa uma autonomia financeira de 50,2%.

Tal como já foi mencionado, salientamos ainda que na Assembleia Geral de 2016, referente às contas de 2015 o passivo cifrava-se em cerca de € 586.000,00 e que na presente assembleia se situa em cerca de € 512.000,00, ou seja, uma redução percentual de 12,7%.

Pela leitura dos documentos finais de prestação de contas, Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e Anexo respetivo, verifica-se que, no exercício de 2016, os proveitos ascenderam a € 2.610.095,59 e os gastos a € 2.529.611,85, tendo sido apurado um Resultado Líquido de € 80.483,74, que se propõe seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Caros Associados, desafios grandes se nos deparavam em 2013 e assim pensamos que com a colaboração de todos conseguimos superá-los e colocar a FPAK onde ela merece.

Lisboa, 15 de Março de 2017

Pela Direcção,



Manuel Espírito Santo de Mello Breyner
Presidente



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório e Contas de 2016



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório da Direção

1



1 - Introdução

Exmos. Sócios,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, com sede social em Rua Fernando Namora, 46 C/D , com um Fundo Social de 23.023,17 euros submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Apresentação da Federação

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK) é a instituição portuguesa responsável pela regulamentação e organização de campeonatos e troféus de automobilismo e de karting, representando a FIA em Portugal.

2 - Enquadramento económico da atividade

A economia melhorou de alguma maneira no ano de 2016, no entanto, permanecem algumas dúvidas e incertezas quanto ao futuro. Obviamente a FPAK está dependente do contexto económico e social que o País e os agentes económicos estão sujeitos. Os clubes, os pilotos e todas as pessoas envolvidas no mundo do desporto automóvel não estão dissociadas da maior ou menor capacidade de outras entidades poderem estar mais recetivas à modalidade. A Federação continuou o seu caminho, na tentativa da melhoria dos serviços que presta aos associados e de maior proximidade junto dos Clubes

Têm sido feitos todos os esforços junto das entidades competentes para que nos sejam dadas as melhores condições para a prática do desporto automóvel, quer ao nível financeiro quer ao nível legal.

Seguimos a nossa estratégia de uma cultura de gestão profissional e muito rigorosa sobre as contas da FPAK por forma a obter os melhores resultados possíveis e não enveredar por caminhos sinuosos da gestão do passado. Fruto disto mesmo é o relatório de gestão que se apresenta.

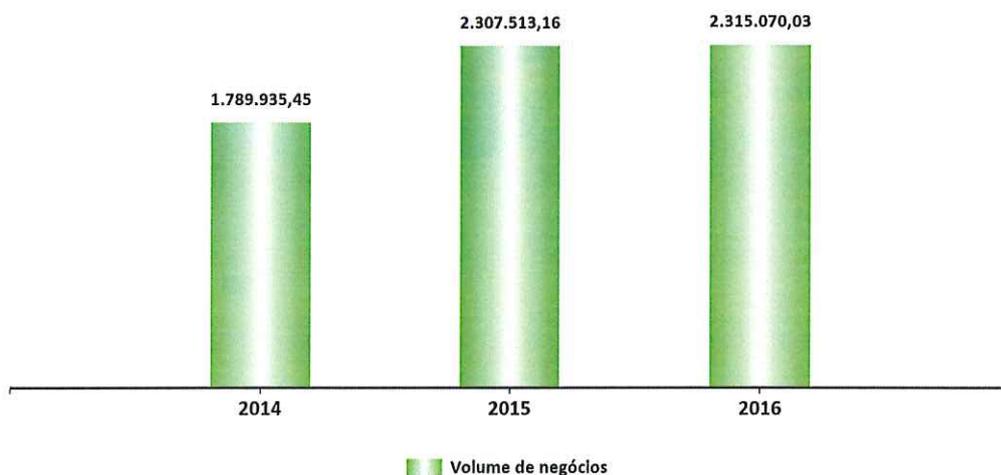


3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

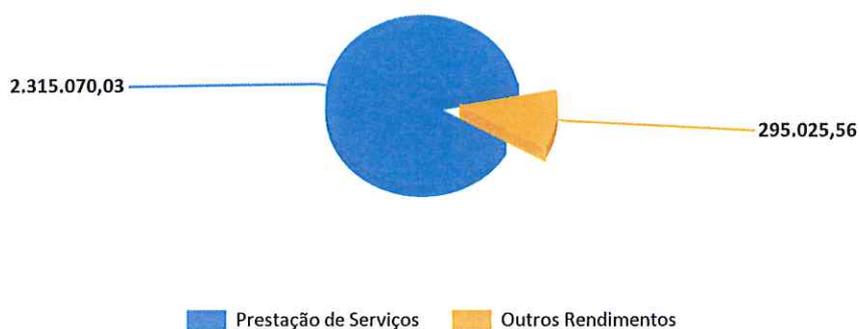
No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2.315.070,03 euros, representando uma variação de 0,32% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos

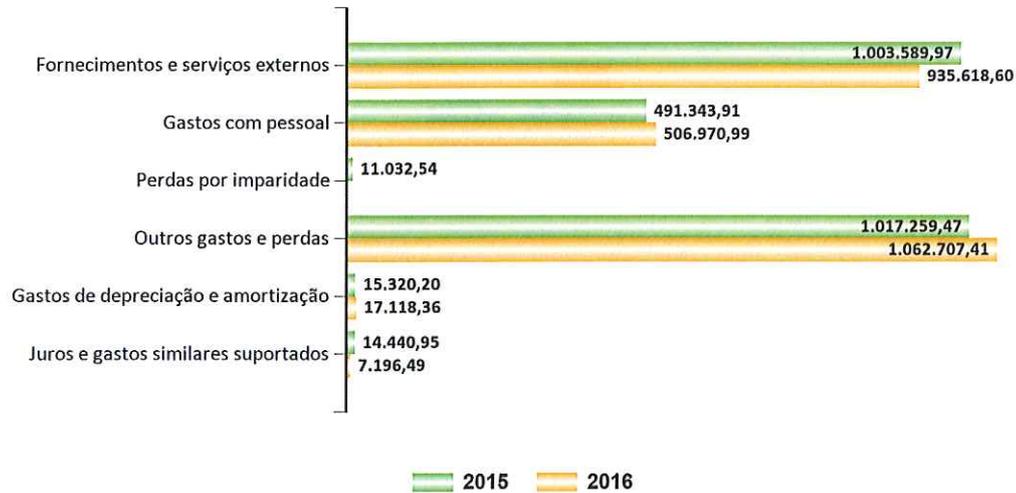


RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2016

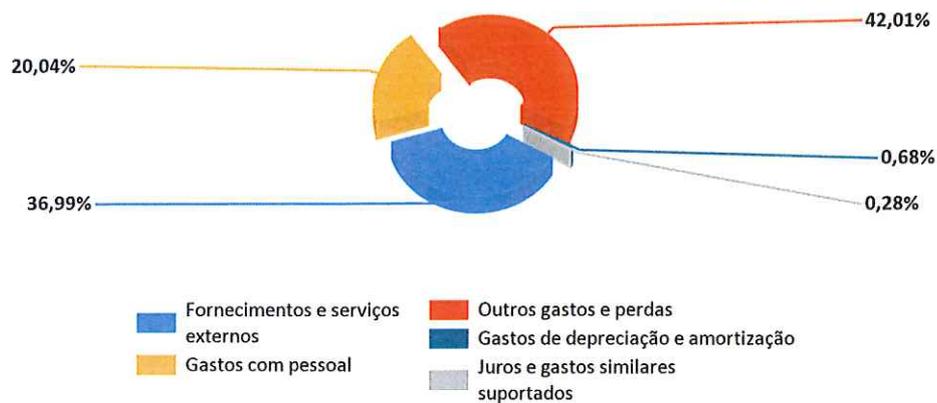


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



Direção

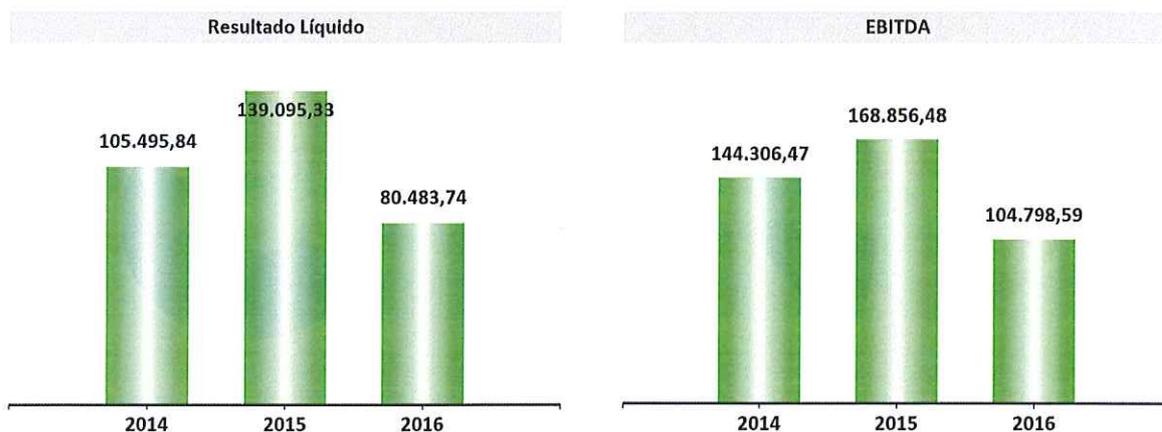

RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2016



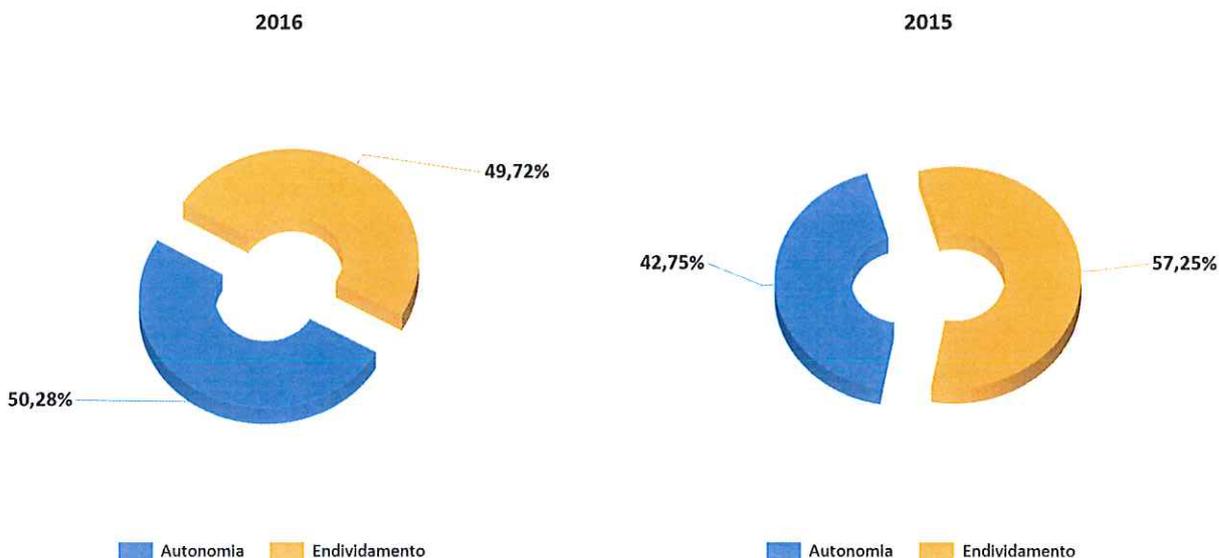
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS			
	2016	2015	2014	2013
Gastos com Pessoal	506.970,99	491.343,91	348.859,96	289.962,45
Nº Médio de Pessoas	14,00	14,00	13,00	11,00
Gasto Médio por Pessoa	36.212,21	35.095,99	26.835,38	26.360,22

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Direção


RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2016



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	700.841,39	68 %	697.977,22	68 %
Ativo corrente	329.585,07	32 %	325.865,61	32 %
Total ativo	1.030.426,46		1.023.842,83	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	518.128,31	50 %	437.644,57	43 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	42.351,32	4 %
Passivo corrente	512.298,15	50 %	543.846,94	53 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.030.426,46		1.023.842,83	

4 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A continuação da recuperação da federação em termos económico financeiros e a realização de todas as competições desportivas conforme plano de actividades para 2017 .

Assim os objetivos para as actividades 2017 são:

- Promover, regular e dirigir a nível nacional o automobilismo e o karting, nas suas diversas disciplinas;
- Continuação do plano de formação a oficiais e voluntários iniciado em 2014;
- Estimular , apoiar , prestar apoio técnico, humano e financeiro aos seus associados e licenciados;
- Defender e fazer respeitar as regras do automobilismo e karting nacional, de acordo com o Código Desportivo Internacional, com o Plano Nacional de Ética no Desporto e com os presentes Estatutos e respectivos Regulamentos;
- Representar o automobilismo e Karting português e os interesses dos seus filiados perante a Administração Pública;
- Manter e incrementar as relações com federações internacionais bem como com as congéneres nacionais.

Direção




5 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

6 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting no período económico findo em sábado, 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 80.483,74€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	80.483,74

7 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 07 de Março de 2017

A Direção





FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Balanço

2

Balanço em 31-12-2016
(montantes em euros)

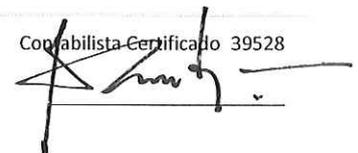


RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	699.213,88	697.148,21
Outros créditos e ativos não correntes		1.627,51	829,01
		700.841,39	697.977,22
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	6.733,72	21.138,80
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	8	245.309,80	216.875,80
Diferimentos	8	96,00	626,06
Caixa e depósitos bancários	11	77.445,55	87.224,95
		329.585,07	325.865,61
Total do ativo		1.030.426,46	1.023.842,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	23.023,17	23.023,17
Resultados transitados	8	115.807,02	(23.288,31)
Excedentes de revalorização	8	298.814,38	298.814,38
Resultado líquido do período		80.483,74	139.095,33
Total do fundo de capital		518.128,31	437.644,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5;8		42.351,32
			42.351,32
Passivo corrente			
Fornecedores	8	231.823,92	188.693,89
Estado e outros entes públicos	10	26.827,23	23.238,97
Financiamentos obtidos	5;8	67.837,72	112.227,89
Outros passivos correntes	8;9	185.809,28	219.686,19
		512.298,15	543.846,94
Total do passivo		512.298,15	586.198,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.030.426,46	1.023.842,83

Direção



Contabilista Certificado 39528





FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Demonstração de Resultados por Naturezas

3

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	6	2.315.070,03	2.307.513,16
Subsídios, doações e legados à exploração	7	266.008,75	299.257,66
Fornecimentos e serviços externos	6	(935.618,60)	(1.003.589,97)
Gastos com o pessoal	9	(506.970,99)	(491.343,91)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8		(11.032,54)
Outros rendimentos	6	29.016,81	85.311,55
Outros gastos	6	(1.062.707,41)	(1.017.259,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104.798,59	168.856,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(17.118,36)	(15.320,20)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87.680,23	153.536,28
Juros e gastos similares suportados	5	(7.196,49)	(14.440,95)
Resultado antes de impostos		80.483,74	139.095,33
Resultado líquido do período		80.483,74	139.095,33

Direção

Handwritten signature of the Director

Contabilista Certificado 39528

Handwritten signature of the Certified Accountant



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.379.768,45	2.140.402,84
Pagamentos a fornecedores		951.226,53	1.158.254,94
Pagamentos ao pessoal	9	505.994,21	497.644,00
Caixa gerada pelas operações		922.547,71	484.503,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(673,21)
Outros recebimentos/pagamentos		(824.910,67)	(330.283,54)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		97.637,04	153.547,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	19.184,03	
Investimentos financeiros		798,50	611,48
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	4	6.504,07	3.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13.478,46)	2.388,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	801.642,71	283.112,01
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	888.384,20	362.316,87
Juros e gastos similares	5	7.196,49	14.440,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(93.937,98)	(93.645,81)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(9.779,40)	62.289,86
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	87.224,95	24.935,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	77.445,55	87.224,95



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

A handwritten signature in blue ink is located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name or set of initials.

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

5

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO										
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	23.023,17			(23.288,31)	298.814,38		139.095,33	437.644,57		437.644,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				139.095,33			(139.095,33)			
7				139.095,33			(139.095,33)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							80.483,74	80.483,74		80.483,74
8										
RESULTADO INTEGRAL							80.483,74	80.483,74		80.483,74
9=7+8										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
10										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	23.023,17			115.807,02	298.814,38		80.483,74	518.128,31		518.128,31
6=7+8+10										

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO										
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	23.023,17			(128.784,15)	298.814,38		105.495,84	298.549,24		298.549,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				105.495,84			(105.495,84)			
2				105.495,84			(105.495,84)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							139.095,33	139.095,33		139.095,33
3										
RESULTADO INTEGRAL							139.095,33	139.095,33		139.095,33
4=2+3										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
5										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	23.023,17			(23.288,31)	298.814,38		139.095,33	437.644,57		437.644,57
6=1+2+3+5										

Direção

Handwritten signature

Contabilista Certificado 39528

Handwritten signature

Handwritten signature



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Número de identificação de pessoa coletiva: 503265870.

Lugar da sede social: Rua Fernando Namora, 46 C/D , Lisboa.

Página da internet: www.fpak.pt

Natureza da atividade: A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, tem por objecto promover e organizar no território nacional, em parceria com clubes desportivos, praticantes, associações e outros agentes desportivos que pratiquem e contribuam para o desenvolvimento do automobilismo desportivo e do karting.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

Direção



Contabilista Certificado Nº 39528



2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a sábado, 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

Direção



Contabilista Certificado Nº 39528



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios 50 anos

Equipamento básico 4-8 anos

Equipamento transporte 4-8 anos

Equipamento administrativo 3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		728.020,00	277.076,28	17.730,00	276.541,72		25.677,82			1.325.045,82
Depreciações acumuladas		37.625,29	277.076,28	17.730,00	269.788,22		25.677,82			627.897,61
Saldo no início do período		690.394,71			6.753,50					697.148,21
Variações do período		(10.983,76)			(2.774,10)		15.823,53			2.065,67
Total de aumentos				17.730,00	1.100,00		18.084,03			36.914,03
Aquisições em primeira mão					1.100,00		18.084,03			19.184,03
Outros aumentos				17.730,00						17.730,00
Total diminuições		10.983,76		17.730,00	3.874,10		2.260,50			34.848,36
Depreciações do período		10.983,76			3.874,10		2.260,50			17.118,36
Alienações				17.730,00						17.730,00
Outras transferências							0,00			0,00
Saldo no fim do período		679.410,95			3.979,40		15.823,53			699.213,88
Valor bruto no fim do período		728.020,00	277.076,28		277.641,72		43.761,85			1.326.499,85
Depreciações acumuladas no fim do período		48.609,05	277.076,28		273.662,32		27.938,32			627.285,97

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		728.020,00	277.076,28	62.684,11	276.541,72		25.677,82			1.369.999,93
Depreciações acumuladas		26.641,58	277.390,08	62.984,11	265.451,73		25.677,82			658.145,32
Saldo no início do período		701.378,42	(313,80)	(300,00)	11.089,99					711.854,61
Variações do período		(10.983,71)	313,80	300,00	(4.336,49)					(14.706,40)
Total de aumentos			313,80	45.254,11						45.567,91
Outros aumentos			313,80	45.254,11						45.567,91
Total diminuições		10.983,71		44.954,11	4.336,49					60.274,31
Depreciações do período		10.983,71			4.336,49					15.320,20
Abates				44.954,11						44.954,11
Saldo no fim do período		690.394,71			6.753,50					697.148,21
Valor bruto no fim do período		728.020,00	277.076,28	17.730,00	276.541,72		25.677,82			1.325.045,82
Depreciações acumuladas no fim do período		37.625,29	277.076,28	17.730,00	269.788,22		25.677,82			627.897,61

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2016 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 7.196,49 euros.

5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		67.837,72		7.196,49	5.231,13				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		67.837,72		7.196,49	5.231,13				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		67.837,72		7.196,49	5.231,13				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	7.196,49	14.440,95
Juros de financiamentos suportados	5.231,13	11.797,05
Outros juros de financiamentos obtidos	5.231,13	11.797,05
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	1.965,36	2.643,90

6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2.315.070,03	2.307.513,16
Outros réditos	295.025,56	384.255,41
Total	2.610.095,59	2.691.768,57

Os valores mais significativos da rubrica de prestações de serviços dividem da seguinte forma:

Seguros Desportivos - 411.957,92 euros

Licenças Desportivas - 544.995,00 euros

Comparticipação / Sponsoring - 116.908,01 euros

Taxa de inscrição Calendário Nacional - 283.100,00 euros

Taxa de inscrição Calendário Internacional - 673.854,00 euros

6.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Outros Rendimentos	29.016,81	85.311,55	24.186,30
Descontos de Pronto Pagamento		23,16	521,87
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	6.504,07	3.000,00	
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		22.907,80	18.891,78
Outros	22.512,74	59.380,59	4.772,65

6.4. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Outros Gastos	1.062.707,41	1.017.259,47	553.257,24
Impostos	94.671,73	60.079,84	70.792,00
Descontos Pronto Pagamento Concedidos		2,53	
Correções de Exercícios Anteriores	2.539,83		12.646,33
Donativos	500,00	5.840,00	
Quotizações	5.378,00	620,00	620,00
Outros	959.617,85	950.043,89	467.391,54
Outros Gastos de Financiamentos			1.807,37

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" são os seguintes:

Inscrições FIA - 529.163,39 euros

Gastos em prova WTCC Vila Real - 147.500,00 euros

6.5. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	255.365,95	266.743,89
Trabalhos especializados	131.294,12	207.017,37
Publicidade e propagação	68.888,56	8.631,00
Vigilância e segurança	426,03	541,67
Honorários	36.110,00	39.670,35
Conservação e reparação	8.706,06	3.486,48
Outros	9.941,18	7.397,02
Materials	31.737,17	27.215,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.968,56	3.786,95
Material de escritório	8.580,52	9.332,70
Artigos para oferta	14.000,75	11.064,11
Outros	5.187,34	3.031,94
Energia e fluidos	18.843,45	19.553,33
Eletricidade	6.309,05	6.235,00
Combustíveis	11.674,48	12.478,42
Água	825,77	839,91
Outros	34,15	
Deslocações, estadas e transportes	144.249,12	153.441,59
Deslocações e estadas	143.673,47	152.865,86
Transportes de mercadorias	575,65	253,18
Outros		322,55
Serviços diversos	485.422,91	536.635,46
Rendas e alugueres	23.540,82	24.577,34
Comunicação	18.431,16	22.588,15
Seguros	426.993,99	470.819,88
Contencioso e notariado	336,11	1.575,61
Despesas de representação		745,12
Limpeza, higiene e conforto	6.985,67	7.333,05
Outros serviços	9.135,16	8.996,31
Total	935.618,60	1.003.589,97

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Descrição	Do Estado - valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao Investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	229.257,66	266.008,75	266.008,75	70.000,00					
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	229.257,66	266.008,75	266.008,75	70.000,00					

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude - 264.751,09 euros

Instituto de Emprego e Formação Profissional - 1.257,66 euros

8 - Instrumentos financeiros

8.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

8.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	23.023,17			23.023,17
Resultados transitados	(23.288,31)		139.095,33	115.807,02
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	298.814,38			298.814,38
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	298.814,38			298.814,38
Total	298.549,24		139.095,33	437.644,57

8.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

8.3.1. Outras contas a pagar

O quadro a abaixo representa os principais valores a pagar por parte da Federação:

Nome	Valor
Remunerações a liquidar	64.807,90
Apios a clubes	74.116,80
Avençados	45.238,55

8.4. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			252.043,52		
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros			245.309,80		
Outras contas a receber			6.733,72		
Passivos financeiros:			417.633,20		
Fornecedores			231.823,92		
Financiamentos obtidos			67.837,72		
Outras contas a pagar			185.809,28		
Ganhos e perdas líquidos:			(1.965,36)		
De passivos financeiros			(1.965,36)		
Rendimentos e gastos de juros:			(5.231,13)		
De passivos financeiros			(5.231,13)		

8.5. Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 96,00 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor
Seguros	96,00

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Durante o ano de 2016 a Federação contou com 14 colaboradores.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	506.970,99	491.343,91
Remunerações dos órgãos sociais	94.114,83	86.615,22
Remunerações do pessoal	319.318,61	304.117,64
Indemnizações		16.887,47
Encargos sobre as remunerações	84.903,94	80.488,87
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.698,76	1.951,85
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	4.934,85	1.282,86

Não existem dívidas para com os colaboradores.

10 - Impostos e contribuições

10.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		10.292,64		10.045,51
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		4.191,36		1.659,18
Contribuições para a Segurança Social		12.343,23		11.534,28
Total		26.827,23		23.238,97

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

11 - Fluxos de caixa

11.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.320,51	641.237,32	644.497,83	60,00
Depósitos à ordem	83.904,44	3.419.706,03	3.426.224,92	77.385,55
Outros depósitos bancários				
Total	87.224,95	4.060.943,35	4.070.722,75	77.445,55

11.2. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

12 - Outras divulgações

12.1. Acontecimentos após a data de balanço

Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Certificação Legal das Contas

7



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Federação Portuguesa Automobilismo e Karting (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.030.426 euros e um total de fundos patrimoniais de 518.128 euros, incluindo um resultado líquido de 80.484 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório e Parecer do Fiscal Único

8



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

CONSELHO FISCAL

*

Exercício de 2016

Em cumprimento do disposto nos artigos 42º, alínea g) e 47º, alínea a) e b) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, reuniu em 06 de Março de 2017, o Conselho Fiscal para analisar os registos contabilísticos e bem assim, os documentos que lhe servem de suporte, disponibilizados pela Direcção, relativamente ao exercício de 2016.

Da referida análise, considerou o Conselho Fiscal:

- Que os documentos estão organizados e em conformidade com as normas contabilísticas para as Entidades Sem Fins Lucrativos;
- Que os mesmos reflectem de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis;
- Que o Balanço relativo ao exercício de dois mil e dezasseis, evidencia as condições necessárias para justificar a sua aprovação, pelo que PROPÕEM, que o relatório e contas da Direcção respeitante ao referido exercício seja APROVADO.

Lisboa, 06 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL,

a) João Cota Dias

b) João Boulloza Gonzalez

c) João Pedro Luis Maggessi Gouveia

ACTAS

Folha

76

ASSEMBLEIA GERAL DE 5 DE ABRIL DE 2017

Aos 5 dias do mês de Abril de 2017, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, sito na Travessa da Memória, 36, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas, respeitantes ao exercício de 2016.

Ponto Dois: Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C a:

- Clube de Automóveis Clássicos da Feira
- Clube Português de Drift
- Lusitânia Automóvel Clube

Ponto Três: Outros assuntos de interesse.

A Mesa foi presidida por Fernando Olavo Correia de Azevedo, Presidente da Assembleia Geral e ainda composta pelo Vice-Presidente, Manuel Armindo Oliveira Teixeira e 1º Secretário, Miguel Ferreira Aidos.

Pelas dezoito horas, a Mesa confirmou as presenças de **42 (quarenta e dois) Delegados**, conforme lista abaixo:

ASSOCIADO	DELEGADO	N.º ID
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA	JOÃO FILIPE NOVO AZEITEITO	13577204
ASSOCIAÇÃO COMISSÁRIOS DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO ESTORIL	MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA CARRAQUEIRA	5393849
ASSOCIAÇÃO TEAM BAIÁ	SÉRGIO DOMINGOS PEREIRA AGUIAR	11026805
AUTOMÓVEL CLUBE DE TOMAR	BRUNO MIGUEL FERREIRA DA SILVA E PIEDADE SILVA	10633420
C.A.M.I. - CLUBE AVENTURA DO MINHO	RUI NUNO DE SOUSA LOUREIRO	10535437
C.A.M.I. - CLUBE AVENTURA DO MINHO	JORGE MANUEL VALÊNCIA CASTANHEIRA	3220585
CLASSIC CLUBE DE PORTUGAL	JOSÉ ANTÓNIO SILVA SANTOS	7482359
CLUBE AUTOMÓVEL ANTIGO E CLÁSSICO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	AMADEU HERMÍNIO FERNANDES DE MELO E SILVA	156380838
CLUBE AUTOMÓVEL DA RÉGUA	JERÓNIMO ALVES	6628335
CLUBE AUTOMÓVEL DE VILARANDELO	PEDRO MIGUEL BAÍA VINAGRE	10858666
CLUBE AUTOMÓVEL DO ALGARVE	JOSÉ MANUEL LOPES AFONSO	5533696
CLUBE AUTOMÓVEL DO CENTRO	JOSÉ GUERREIRO SANTOS SILVA MACHADO	2435388
CLUBE AUTOMÓVEL DO MINHO	ANTÓNIO DE DEUS BARBOSA FERREIRA	7606845
CLUBE AUTOMÓVEL DO MINHO	JOÃO PEDRO BORGES ARAÚJO MACEDO	3023940
CLUBE DESPORTIVO DA PÓVOA	VITOR ÁLVARO MACEDO E COSTAS DE CARVALHO	10323374
DEMOPORTO - CLUBE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO PORTO	ANTÓNIO JORGE SOUSA MOUTINHO	1934181
DEMOPORTO - CLUBE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO PORTO	AMÉRICO PEREIRA DA COSTA	3813117
ESCUDERIA CASTELO BRANCO	ANTÓNIO MANUEL DE ESTRELA SEQUEIRA	7041324
ESCUDERIA CASTELO BRANCO	NUNO MIGUEL FONTÃO CORREIA DE ALMEIDA SANTOS	7768052
GAS - GONDOMAR AUTOMÓVEL SPORT	OLINDO PAULO CASTRO MAGALHÃES	6611523
GAS - GONDOMAR AUTOMÓVEL SPORT	HELDER MANUEL MARTINHO ARAÚJO	10738093
SLALOM CLUBE DE PORTUGAL	OFÉLIA MARIA MIRANDA MARGARIDO TOMÁS	2059340
SLALOM CLUBE DE PORTUGAL	ORLANDO PIRES TOMÁS	1154729
TARGA CLUBE	ANTÓNIO FERNANDO CASTRO FARIA	6889897
ACAAN - ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS DO NORTE	ADRIANO MANUEL DE SEABRA FERREIRA CAMPOS	3854837



ACTAS

Folha

77

ASSOCIADO	DELEGADO	N.º ID
ANOP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DE PROVA	JOAQUIM JOSÉ OLIVEIRA DE CASTRO NEVES	5810897
ANOP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DE PROVA	PAULO MANUEL ALVES FERREIRA	8078278
ANOP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DE PROVA	NUNO RICARDO PAULINO DE JESUS COUCEIRO	7149597
ANOP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DE PROVA	PEDRO MIGUEL SANTIAGO VAZ FERREIRA COUTO	10307855
ANOP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DE PROVA	JOSÉ MANUEL CASTRO NEVES PEREIRA	3290216
ANPAK - ASSOCIAÇÃO NAC. DE PRATICANTES DE AUTOMOBILISMO E KARTING	TIAGO COSTA RAPOSO MAGALHÃES	11011586
ANPAK - ASSOCIAÇÃO NAC. DE PRATICANTES DE AUTOMOBILISMO E KARTING	PEDRO MIGUEL SOLDIN DA SILVA FALÉ E COSTA	9542965
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	PEDRO MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA DA GAMA	1906630
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	ANTÓNIO PEDRO DA CRUZ CORDEIRO	239380
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	ANTÓNIO ALCINO MARQUES DE BASTOS	2060718
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	LUIS MANUEL MANIES CAMELO	5201460
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	RUI PEDRO MOREIRA CORDEIRO	7707628
APCDAK - ASS. PORT. COMISSÁRIOS DESPORTIVOS DE AUTOMOBILISMO E KARTING	ANTÓNIO JOSÉ ARAÚJO DA CRUZ MOCHO	11520
APPA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PILOTOS AUTOMÓVEL	LUÍS CARLOS DE SÁ PEREIRA RAMALHO	7806086
APPAM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PILOTOS DE AUTOMÓVEIS DE MONTANHA	JOAQUIM BELMIRO ALVES DE OLIVEIRA TEIXEIRA	5418966
APPAM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PILOTOS DE AUTOMÓVEIS DE MONTANHA	NUNO JORGE ALMEIDA FERREIRA GUIMARÃES	10843702
APPAM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PILOTOS DE AUTOMÓVEIS DE MONTANHA	MARTINE CAMPOS FERREIRA	9322934

O Presidente da Mesa cumprimentou os presentes, declarou aberta a sessão e passou à leitura da ordem de trabalhos. Informou que no final dos trabalhos, tal como acordado na última assembleia geral, iria ser concedida a palavra a cada um dos candidatos conhecidos às próximas eleições da FPAK, para poderem expor as suas considerações aos associados presentes. Esclareceu ainda que entretanto iria ser elaborado um comunicado para explicação dos detalhes de como irá decorrer o próximo acto eleitoral.

Fez a introdução ao **Ponto Um da Ordem de Trabalhos: Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas, respeitantes ao exercício de 2016** passando a palavra ao Presidente da Direcção, Manuel de Mello Breyner, que fez a exposição do Relatório de Actividades da FPAK relativo ao ano de 2016.

No final desta apresentação, pediu a palavra o Delegado do Clube Automóvel do Minho, António Barbosa Ferreira, para referir que nas provas internacionais que visitaram o nosso país, estava em falta a referência ao Campeonato de Espanha, que correu na Falperra.

O Presidente da Direcção concordou que efectivamente estava essa referência em falta, tendo pedido desculpas pelo facto.

Solicitou a palavra o Delegado do Targa Clube, António Faria, para lamentar não terem tido conhecimento da existência do simulador do treino de extracção que a FPAK mandou construir à Extramotion.

O Presidente da Direcção confirmou que o simulador está à disposição dos associados da FPAK para exercícios de extracção, estando guardado na garagem da sede da FPAK.



ACTAS

Folha

78

Não havendo mais nenhum Delegado a querer intervir, foi o **Ponto Um da Ordem de Trabalhos: Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas, respeitantes ao exercício de 2016 posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.**

Passou-se à apreciação do **Ponto Dois da Ordem de Trabalhos: Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C ao Clube de Automóveis Clássicos da Feira, ao Clube Português de Drift e ao Lusitânia Automóvel Clube.**

O Presidente da Direcção confirmou que os três processos tinham sido aprovados em Reuniões de Direcção, por estarem cumpridos os requisitos previstos no regulamento de admissão de associados.

Em representação do **Clube de Automóveis Clássicos da Feira**, apresentou-se o seu Vice-Presidente, Pedro Dias, que explicou que este clube surgiu da reunião de vários simpatizantes e amantes dos carros clássicos e que pretendem desenvolver vários sectores relacionados com os automóveis clássicos. Constituem um grupo de pessoas que já há vários anos trabalham nesta área, em colaboração com clubes já associados da FPAK e que entretanto decidiram constituir o seu próprio clube, que tem na sua principal vertente a regularidade histórica e que por uma questão de autonomia, agora se querem associar à federação.

Antes da votação, pediu a palavra um dos Delegados da Escuderia de Castelo Branco, Nuno Almeida Santos, para apresentar um protesto à Mesa. Declarou que, apesar de estar previsto na convocatória: *"Os documentos atinentes aos pontos da Ordem de Trabalhos estão à disposição dos associados na sede social, durante as horas normais de expediente, para consulta e obtenção, sem encargos, de cópias integrais"* e após lhes ter sido facultada na Sede da FPAK a consulta dos processos de admissão dos novos associados, foi-lhes negada uma cópia dos mesmos. Quanto à votação deste ponto, associado a associado, como sugerido pelo Presidente da Mesa, transmitiu que em sua opinião, em primeiro lugar deveriam ser apresentados todos os candidatos a associados, pois apesar de não ter nada contra as pessoas destes novos clubes, tem muito a comentar sobre os respectivos processos de admissão.

O Presidente da Mesa sugeriu que o que tivesse a expor, o fizesse no âmbito do ponto três da ordem de trabalhos, podendo sempre, no momento de cada votação, indicar o seu sentido de voto.

Nuno Almeida Santos, Delegado da Escuderia Castelo Branco explicou que tinha várias questões sobre estes processos, que irão condicionar o seu voto. Referiu que no site da FPAK, na lista de associados esteve publicado que a admissão destes associados estava



ACTAS

Folha

79

dependente de ratificação da assembleia geral e posteriormente passou a referir que aguardava o reconhecimento da assembleia geral. Referiu ainda que a Direcção entende que tem o poder de admissão dos novos associados, com o que discorda.

O Presidente da Mesa voltou a clarificar que a votação seria, no seguimento da prática em assembleias anteriores, associado a associado e que em cada votação poderiam os delegados expressar os seus sentidos de voto.

Foi então posto à votação o **Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C ao Clube de Automóveis Clássicos da Feira, tendo o mesmo sido rejeitado pela assembleia com 24 votos contra, 3 abstenções e 15 a favor.**

Pediu para explicar o seu sentido de voto um dos Delegados da APPAM, Joaquim Teixeira. Esclareceu que não é a favor da admissão de novos associados antes da necessária revisão ao regulamento eleitoral da FPAK, não tendo nada contra os novos clubes.

O Delegado da Escuderia de Castelo Branco, Nuno Almeida Santos subscreveu inteiramente o sentido de voto apresentado pela APPAM, já que estão tantos clubes a querer entrar para FPAK. Outra questão é o poder de admissão, que compete à Assembleia Geral e não à Direcção e assim só após a aprovação em assembleia é que os candidatos podem ser considerados associados da FPAK. Assim sendo, pediu explicações quanto ao facto de um destes candidatos, já ter organizado provas de campeonato, com visa da FPAK.

O Presidente da Mesa pediu que estas explicações sejam solicitadas à Direcção, no Ponto Três da Ordem de Trabalhos.

Entretanto, pediu a palavra outro dos Delegado da Escuderia Castelo Branco, António Sequeira para transmitir o seu desagrado quanto ao facto do Presidente da Mesa gostar de condicionar as assembleias, já que entende que ser o local próprio para as questões sejam discutidas e que é importante que os outros associados sejam esclarecidos quanto à ilegalidade que está a ser cometida na aprovação ou não da admissão de novos associados. Declarou ainda que nada o move quanto à entrada de novos associados, mas o facto é que tal como já foi dito pelo Presidente da Direcção já há excesso de provas e por isso não entende porque a FPAK os quer admitir. Transmitiu que na consulta que teve a oportunidade de fazer na Sede da FPAK aos processos dos candidatos em questão, constactou que há uma ilegalidade clara num dos processos em questão, o que tem de ser esclarecido porque esses factos podem levar a alteração do sentido de voto.

ACTAS

Folha

80

O Presidente da Mesa esclareceu que a legalidade dos processos está garantida pela Direcção da FPAK. Se o reconhecimento da qualidade de associado é aprovado ou não, é uma decisão da assembleia geral. Em relação à questão do fornecimento de cópias dos processos, transmitiu que é matéria que deve ser discutida no âmbito do ponto três da ordem de trabalhos.

O Delegado da Escuderia Castelo Branco, António Sequeira, voltou a sublinhar que os esclarecimentos deviam ser dados nos momentos que antecedem a votação da admissão de um novo associado, porque os mesmos poderiam influenciar a assembleia no seu sentido de voto, não concordando que as declarações possam apenas ser prestadas posteriormente à votação, no ponto três da ordem de trabalhos.

O Presidente da Mesa volta a referir que o voto tem de ser consciente, se está esclarecido para aprovação, vota a favor, se não está devidamente esclarecido vota contra e explica o seu sentido de voto, o que poderá ou não influenciar os outros delegados presentes.

Pediu a palavra o Delegado do CAMI - Clube Aventura do Minho, Nuno Loureiro, para explicar que votou contra por estar preocupado com o futuro da FPAK, dado o aumento do número de delegados, cujo limite máximo de 120 estar perto de ser atingido e à forma como é feita a majoração.

O Presidente da Mesa referiu que na última assembleia, já se considerou unânime a necessidade de alteração do regulamento eleitoral, todavia estando a FPAK em vésperas de eleições, esta não seria a altura certa para o fazer. Relembrou também que alguns dos presentes declararam que iriam apresentar propostas de alteração, todavia até à data nada chegou aos membros da Assembleia Geral e que até mesmo após de terem recebido a convocatória desta assembleia geral, poderiam ter solicitado que estes processos não fossem levados a aprovação. Em sua opinião, não seria agora o momento para se afirmar que as coisas não se deviam ser assim.

Entretanto pediu a palavra o Delegado da APPAM, Joaquim Teixeira para propor que nestes casos, seja enviado atempadamente para os associados por email, pelo menos uma informação sobre o qual o seu objectivo da filiação na FPAK, já que isso pode condicionar o voto.

O Delegado da Escuderia Castelo Branco, Nuno Almeida Santos interveio para perguntar ao Presidente da Direcção se considerava completos os processos de admissão de novos associados em análise.

Manuel Mello Breyner respondeu que no momento não podia confirmar se poderia estar em falta uma acta. Quanto à não entrega de cópias dos documentos, explicou que a



ACTAS

Folha

81

intenção não é ocultar nada, apenas é política da FPAK não reproduzir documentos privados de cada instituição, por uma questão de protecção de dados, estando estes sempre à disposição para serem consultados na sede. No entanto, admitiu que se for votado e aprovado que são para serem divulgados todos os documentos de todos a todos, assim se passaria a fazer. Também solicitou que em situações futuras, caso exista alguma dúvida, esta fosse colocada com antecedência, para que pudesse ser devidamente averiguada e atempadamente esclarecida.

Quanto à Direcção admitir os associados, não sendo jurista, foram solicitados esclarecimentos ao advogado da FPAK e ao departamento jurídico do IPDJ, que confirmou que compete à Direcção admitir e que à assembleia geral compete o reconhecimento dessa qualidade. No que se refere à realização de provas após a admissão pela Direcção e antes do reconhecimento em assembleia geral, aconteceu porque assim se tem procedido, se assim se proporcionar, é apenas uma norma da federação, não se tratando de beneficiar alguns clubes. Concordou ainda que é uma necessidade proceder a uma revisão em breve do regulamentado, para que os critérios sejam modificados conforme os associados melhor entenderem.

O Delegado da Escudeira Castelo Branco, Nuno Almeida Santos, propôs então que fosse retirado este ponto dois da ordem de trabalhos, sendo que estas candidaturas viessem a ser apreciadas em nova assembleia geral, após a revisão do regulamento de admissão de associados.

Solicitou a palavra o Delegado da ACAAN, Adriano Campos para expressar que na sua opinião a Direcção pode admitir e à assembleia compete reconhecer ou não.

Dado que já se tinha procedido à votação de admissão de um dos candidatos e para evitar mais confusões, o Delegado da Escudeira Castelo Branco, Nuno Almeida Santos acabou por retirar a já referida proposta e assim serem votados os reconhecimentos dos restantes dois candidatos.

Foi concedida a palavra ao Presidente do Clube Português de Drift, Carlos Veiga, que explicou que o drift é uma modalidade nova que este ano entrou na regulamentação da FPAK, com campeonato já organizado e que nesta altura a não aprovação da assembleia, iria fazer com que cerca de 60 pilotos não tivessem competição para participar, sendo esta a única modalidade que estes pilotos praticam. Esclareceu ainda que o clube também não tem objectivo de realizar outro tipo de provas, senão de drift.

Tendo sido colocado à votação o **Reconhecimento da Qualidade de Associado Efectivo C ao Clube Português de Drift, foi o mesmo rejeitado com 21 votos contra, 6 abstenções e 15 votos a favor.**

ACTAS

Folha

82

O Delegado da APPAM, Joaquim Teixeira fez uma declaração de voto, transmitindo que com todo o respeito que o clube e os pilotos lhe merecem, não concordou que tenha sido organizado um campeonato sem que a assembleia aprovasse o reconhecimento da qualidade de associado.

Passou-se à apresentação do processo do Lusitânia Automóvel Clube, tendo o Delegado da Escuderia Castelo Branco, Nuno Almeida Santos perguntado se fazia parte do processo, a acta de eleição dos respectivos corpos gerentes.

O Presidente da Mesa esclareceu que não, mas também sublinhou que de acordo com os requisitos previstos no regulamento de admissão de associados, apenas é exigida a relação dos corpos gerentes, não estando exigida nenhuma acta. Referiu ainda que para as associações, actualmente é obrigatória essa publicação.

O Presidente do Lusitânia Automóvel Clube, António Ramos, afirmou que não se iria pronunciar sobre os objectivos do clube e actividades propostas, apenas queria confirmar que estão legalmente constituídos e têm todas actas necessárias. Assegurou que não existe qualquer ilegalidade na sua existência e que quem o questiona, que o prove. Esclareceu ainda que respeitando a decisão soberana desta assembleia, não é a sua rejeição que fará com que a sua associação deixe de existir e de continuar a prosseguir os seus objectivos, ainda que não seja associado da FPAK.

Tendo sido colocado à votação o **Reconhecimento da Qualidade de Associado Efectivo C ao Lusitânia Automóvel Clube, foi o mesmo rejeitado com 28 votos contra, 2 abstenções e 12 votos a favor.**

Passou-se ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos e conforme tinha sido solicitado pelo Presidente da Direcção na anterior assembleia, que fosse concedido um tempo a cada um do candidatos para exporem os seus pontos de vista aos presentes, o Presidente da Mesa informou estarem disponíveis dez minutos para estas exposições.

O candidato à Presidência da FPAK, Ni Amorim, pediu a palavra para transmitir que prescindia do seu tempo, dado que já tinha tido a oportunidade de fazer uma apresentação exaustiva do seu programa noutra ocasião e que por isso não se justificava essa exposição.

Manuel de Mello Breyner, por uma questão de igualdade de circunstâncias, acabou também por prescindir do seu tempo, dado que tinha acabado de efectuar há algumas horas a apresentação da sua candidatura.

Entretanto pediu a palavra o Delegado do GAS, Paulo Magalhães, para solicitar que fosse prestado o esclarecimento que tinha oportunamente pedido à Mesa relativamente ao processo da apresentação das listas de candidatura.

ACTAS

Folha

83

O Presidente da Mesa informou que até final da próxima semana iria ser emitido um comunicado aos associados, onde seriam explicados os detalhes de todo o processo eleitoral.

Concedeu entretanto a palavra ao Presidente da Direcção que aproveitou dar algumas explicações relativamente a esta matéria, nomeadamente como está a ser pensado o modo de voto por correspondência, que actualmente já é possível, declarando que a Direcção está aberta a sugestões quanto à forma como a votação irá decorrer, de forma a ser tudo o mais claro possível.

Quanto à data e local, o Presidente da Mesa informou que as eleições estão marcadas para dia 11 de Maio, em Lisboa, sendo que a hora ainda estava a ser equacionada.

Ni Amorim interveio para questionar se seria possível votar também nas delegações da FPAK, Porto e Funchal, por forma a facilitar o processo de votação.

O Presidente da Mesa transmitiu que não se opunha a tal ideia e que no já referido comunicado iria ser explicada igualmente a decisão quanto à forma de como será feita a votação, que terá de assegurar a veracidade dos votos e a capacidade eleitoral dos votantes.

O Presidente da Direcção transmitiu que a Direcção já tinha pensado nessa possibilidade, todavia explicou que não lhe parecia viável, porque deve ser estar presente o Presidente da Mesa, que não conseguirá estar 3 ou 4 lugares diferentes. Só se a votação fosse efectuada em dias diferentes e a abertura dos envelopes de voto ocorresse posteriormente em simultâneo.

Pediu a palavra o Delegado da APPAM, Joaquim Teixeira, para comentar que as mesas de voto deviam ser descentralizadas, tal como acontece nas várias eleições que ocorrem neste país. Apesar de não ser o que está previsto na regulamentação, deveria ser desse modo, sendo designados presidentes de mesa, representantes de cada lista candidata, que garantissem toda a legalidade do processo, mas teria de ser no mesmo dia e à mesma hora. Aproveitou ainda para referir que quanto à apresentação de propostas de alterações ao regulamento eleitoral, ainda não o fez porque achou que não era a altura certa, mesmo antes de um acto eleitoral. Aproveitou a ocasião, por achar ser o melhor momento para o fazer, antes da eleição do futuro Presidente da FPAK, para referir que deveria ser nomeada uma comissão que, posteriormente às eleições, elaborasse um regulamento de remunerações dos órgãos sociais da FPAK, para que fossem definidos os respectivos limites, tal como existe noutras empresas.

Manuel de Mello Breyner quis esclarecer os presentes quanto aos valores pagos em média mensalmente aos 16 actuais colaboradores assalariados, especificando o seu



ACTAS

Folha

84

caso pessoal como Presidente e do Director Geral. Sublinhou ainda que só tinha passado a receber ordenado em Julho de 2014, tendo o valor em questão sido aprovado em Reunião de Direcção desse mesmo mês.

Solicitou a palavra o Delegado da APPA, Luís Ramalho, para confirmar que partilhava da opinião do Delegado da Escuderia Castelo Branco, que são importantes os esclarecimentos sobre os processos dos novos associados antes da votação do seu reconhecimento, porque isso influencia o sentido de voto dos delegados.

Outra situação que quis comentar foi a sua indignação com que se tinha passado na última assembleia, em que o Presidente da Mesa tinha mandado sair o Delegado do Clube Automóvel de Amarante - António Jorge Carvalho. Quis ser esclarecido quanto ao sítio em que se encontra referido que um delegado que chegue atrasado, não pode participar ou votar em assembleia geral, pois não conseguiu encontrar.

O Presidente da Mesa explicou que tem a ver com a legalidade da assembleia geral, a qual se baseia fundamentalmente nos estatutos e naquilo em que os estatutos são omissos, na lei geral. Esclareceu que tem sido entendimento da Mesa que há uma primeira convocatória, não havendo quórum, reúne-se em segunda convocatória meia hora mais tarde e quem não estiver inscrito até ao início da assembleia, não se pode inscrever e consequentemente não poderá votar. Tem sido essa a prática em todas as assembleias e o que tem acontecido é que um delegado que chegue atrasado pode solicitar à Mesa que seja autorizado o seu voto ou não pede e por isso não vota. No caso em questão, o que aconteceu é que o delegado chegou após o início da sessão, não se inscreveu, não pediu autorização para votar e apesar disso votou, o que considerou um absoluto desrespeito.

Luís Ramalho, Delegado da APPA, referiu que discordou da atitude tomada, porque o Delegado em questão desconhecia que não podia votar e o Presidente da Mesa respondeu que ainda assim, quando lhe foi dito que não podia votar, não colocou essa questão à Mesa.

O Delegado da APPAM, Joaquim Teixeira, questionou o facto de agora estar a ser informado que as eleições serão em Lisboa, quando ainda há pouco tempo recebeu um email do Director Geral a confirmar que seriam no Porto.

O Presidente da Direcção informou que se tratou de uma decisão entretanto tomada pela Direcção, já que tem mais sentido a assembleia eleitoral ser realizada junto à Sede, mas havendo a possibilidade de voto por correspondência e ainda a proposta da possibilidade de haver mesas de voto nas delegações, esse pormenor deixava de ser relevante.

ACTAS

Folha

85

O Delegado da Escuderia Castelo Branco, António Sequeira lamentou o facto do Presidente não cumprir os estatutos, atribuindo a organização de prova/campeonato nacional a clubes que ainda não são associados da FPAK e ainda, por só em 2017 se vir a conhecer os vencimentos do Presidente e do Director Geral da FPAK. Pediu ainda para ser esclarecido sobre o que vai acontecer à prova que já realizada por um clube que hoje não foi reconhecido nesta assembleia, às pontuações do referido campeonato nacional, às inscrições pagas pelos participantes e às respectivas taxas aplicadas, se a mesma será anulada ou mantida. Como o candidato em causa tem um vasto calendário aprovado pela FPAK, queria saber se vai tudo ser anulado ou em caso contrário, como irá ser feita a atribuição das provas desse campeonato aos associados da FPAK, se vão abrir candidaturas.

O Presidente da Direcção esclareceu que quanto ao vencimento, desconhecia que teria de anunciar um valor, o qual foi aprovado em Reunião de Direcção. Quanto à prova que foi realizada pelo candidato, comentou que era uma regra que já acontecia e que a Direcção não foi contra, referindo que os estatutos não são claros nesta matéria, pois há interpretações diferentes, de diferentes juristas. Informou que este assunto irá ser levado a reunião de Direcção, para se deliberar a respeito.

O Presidente da Mesa explicou que o entendimento da Direcção vai de encontro à questão do livre associativismo, dado não se poder vetar a entrada a novos clubes, tendo estes cumprido todos os requisitos previstos no regulamento de admissão de associados. Terá sido com base neste entendimento que a Direcção terá permitido a um candidato fazer provas antes da aprovação em assembleia geral. Tratando-se de uma competência partilhada entre Direcção e Assembleia Geral, posteriormente à aprovação da Direcção, compete à Assembleia o seu reconhecimento; não sendo aprovados, como é óbvio estes candidatos não adquirem a qualidade de associados da FPAK. Chamou à atenção para o facto da rejeição da sua entrada poder levar à impugnação da assembleia por um dos candidatos, alegando a violação do princípio da livre associação.

O Delegado da APPAM, Joaquim Teixeira referiu ainda que as taxas de admissão de novos associados também só deviam ser recebidas pela FPAK após a sua aprovação em assembleia geral, já que agora terá de ser feita a devolução de valores.

Pediu a palavra o Delegado do Automóvel Clube de Tomar, Bruno Silva, que concordou, como clube recentemente admitido, que o pagamento das taxas logo após a aprovação da Direcção, dá o entendimento de que o clube já é considerado associado da FPAK. E como o caso agora em questão, também o seu clube organizou uma prova antes do reconhecimento em assembleia geral e aceita que assim aconteça, lamentando que os

ACTAS

Folha

86

delegados venham para a assembleia com as ideias concertadas quando à entrada de novos clubes.

O Delegado da Escudeira Castelo Branco, António Sequeira, solicitou os detalhes e condições do contrato entre a FPAK e a AFN, que os organizadores continuam sem conhecer.

O Presidente da Direcção explicou que o contrato ainda não está assinado, ainda não foi devolvido à FPAK, mas aproveitou para transmitir alguns dos seus detalhes, informando que a AFN dá uma verba de 12000 € com a qual a FPAK decidiu alargar o apoio da M80 ao Todo o Terreno e o remanescente será para pagar os 20% que os clubes tinham de suportar relativamente à cronometragem. Quanto às obrigações, resumiu que em geral serão a colocação dos autocolantes com o logo da AFN e um espaço a acordar com os organizadores, tendo assegurado que em breve todos os organizadores irão receber todas as condições.

Ainda foi concedida a palavra ao Delegado da APPAM, Martine Pereira que lamentou a discussão nesta assembleia relativamente à entrada de novos clubes, já que independentemente do tipo de provas que pretendem organizar, todos têm uma paixão em comum, o gosto pelos automóveis, incentivando-os a voltarem a candidatar-se.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral presentes.

